



Patrimônios da educação: o ensino e a pesquisa.

Carmem Zeli de Vargas Gil*
Doris Bittencourt Almeida**

Resumo: Este artigo é parte das atividades referentes ao tema patrimônio, desenvolvidas na Faculdade de Educação/UFRGS, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Procura-se refletir acerca da importância de ampliar essa discussão no âmbito das licenciaturas e, conseqüentemente, na Educação Básica. Falar sobre patrimônios da educação interessa tanto a historiadores da educação quanto a professores de História, portanto, a intenção aqui é problematizar o tema em suas interfaces com o campo de pesquisa da História da Educação e com o ensino de História. Memórias orais, escritas oficiais, ordinárias, imagens e objetos são pensados tanto como fontes para a pesquisa em História da Educação, quanto para o ensino de História, na prerrogativa do entrelaçamento entre estes dois âmbitos de atuação do educador-historiador. O patrimônio documental das instituições educacionais constitui parte significativa de sua memória e contribui para a (re) descoberta da historicidade institucional. O estudo vincula-se à História Cultural enquanto corrente historiográfica, tendo como referenciais as concepções da cultura escolar enquanto uma produção discursiva de um determinado tempo e lugar. Augustin Escolano, Antonio Viñao-Frago, Pierre Nora, Diana Vidal, Alain Corbin, são autores que fundamentam as discussões propostas

Palavras chaves: patrimônios, história da educação, ensino de História

Abstract: This article is part of the activities related to the theme of heritage, developed in Faculdade de Educação/UFRGS, in the field of teaching, research and extension. It look for reflecting about the importance to extending the discussion in the graduation field and, consequently, in the basic education. To talk about education heritages concerns both education historians and history teachers, therefore, the intention here is to discuss the theme in its interfaces by the Education History research ground and by the history teaching. Oral memories, official writings, ordinaries, images and objects are conceived both as sources for Education History research and for history teaching, at the prerogative of the intermingling between these two activity spheres of the educator-historian. The documental heritage of educational institutions makes significant part of its memories and contributes to the

* Professora da Área de Ensino de História da Faculdade de Educação/UFRGS.

** Professora da área de História da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS.



(re)discovery of the institutional historicity. This study links to the Cultural History as historiographical current, having as referential the conceptions of scholar culture as a discursive production from a determinate time and place. Augustin Escolano, Antonio Viñao-Frago, Pierre Nora, Diana Vidal, Alain Corbin, are the authors who base the proposal discussions.

Keywords: heritage, history of education, history teaching

A inspiração para a escrita

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela. (...)

(Antonio Cícero)

Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas sobre patrimônio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Educação da UFRGS, em que se destaca a importância e a necessidade de ampliar a discussão no âmbito do pós-graduação, das licenciaturas e, conseqüentemente, na educação básica. Falar sobre patrimônios da educação interessa tanto a historiadores da educação quanto a professores de História, portanto, a intenção aqui é problematizar o tema em suas interfaces com o campo de pesquisa da História da Educação e com o ensino de História.

Os patrimônios da educação são entendidos aqui como conjunto de documentos escritos, orais, imagéticos, objetos e práticas intangíveis das instituições escolares, assim considerados pelos atores escolares responsáveis por essa atribuição de valor e construção de significados para tais bens culturais.

Importa reconhecer a escola como produtora de patrimônios, como “lugar de memória” (Nora, 1993), entendimento este que amplia o conceito de patrimônio para além do que se encontra institucionalizado ou protegido pelas políticas de Tombamento, Registro e



Chancela, por exemplo. As experiências coletivas e cotidianas de diferentes grupos questionam a ideia de patrimônio associada ao monumento sacralizado, à memória nacional e aos bens de excepcional valor.

Quando a escola conscientiza-se da importância de salvaguardar seus registros documentais, busca construir sua identidade institucional e, assim, tudo que é guardado pode constituir-se em fontes que dizem muito à História da Educação. Além disso, a produção de acervos escolares pode diversificar as abordagens dos conteúdos de História, sendo os documentos dos arquivos escolares mais uma fonte possível de ser interrogada, construindo e desconstruindo o conhecimento ao sabor de novas hipóteses. Frente à explosão documental presente no ensino de História, é importante questionar qual o lugar que os documentos da escola têm ocupado nas aulas.

Patrimônios da escola e História da Educação

Abrir uma caixa, desatar um maço, cada movimento que fazia levantava uma nuvem de pó, a tal ponto que, para não acabar asfixiado, teve de atar o lenço sobre o nariz e a boca, um processo preventivo que os auxiliares de escrita eram aconselhados a seguir de cada vez que tinham de ir ao arquivo... (Saramago, 1997, p.111)

O que há em uma escola? Um prédio que a abriga, o entorno do prédio, as pessoas que lá trabalham ou estudam, papéis, muitos papéis, escritos de todas as ordens: oficiais e ordinários, livros, objetos cheiros, vozes, sabores.

Para muitos de nós, sujeitos escolarizados, a escola parece um ambiente familiar, que há muito tempo faz parte de nossas vidas. Assim, uma sala de aula, um estojo com lápis, borracha e canetinhas, uma classe, um pátio cercado, longos corredores, murais com cartazes dos conteúdos estudados, o som da sirene anunciando a hora do recreio, são evidências que nos acompanham por anos a fio. Para alguns, essas cenas situam-se no plano das memórias, para outros, especialmente pensando nos professores, essas podem ser recorrências naturalizadas, são a realidade de seu ofício cotidiano.

Aqui se deseja refletir acerca desses patrimônios da escola e de suas possibilidades de diálogos com o campo de pesquisas da História da Educação. Mas, aonde esses patrimônios estão guardados? Quem os guarda e por quê? Seriam apenas os documentos de caráter oficial,



como atas, cadernos de chamada e textos legislativos? A que se prestam? O que se pode inferir sobre a história da escola e da educação ao examiná-los?

Escolano vale-se do conceito de “patrimônio histórico educativo” e explica que “los textos, el mobiliario, los espacios y todos los elementos que componen el utillaje escolar hablan también de nuestros modos de pensar y de sentir, de los sistemas de valores que informaron la educación, de la intrahistoria de la escuela y de las relaciones de ésta con la sociedad de cada época” (1990, p.07). A partir dessas reflexões, entende-se que os patrimônios da escola são portadores de significados, emitem sinais, deixam entrever vestígios da circulação das ideias pedagógicas, indicam práticas e preceitos, são, por vezes, artefatos comuns, singelos, anônimos que se entrelaçam à história da educação de um lugar. Fazem parte de uma cultura comum da sociedade, constituem o substrato que identificam as instituições de ensino.

Se os patrimônios da escola expressam indícios, marcas de outros tempos, é necessário, ainda que brevemente, uma reflexão sobre o que é considerado documento para a História da Educação.

Ao longo do século XIX, a História, de um modo geral, era entendida essencialmente como uma narrativa de fatos passados e levantamento de fatos pitorescos. Postulava-se o estudo da individualidade irreproduzível e única dos atos humanos, com destaque para figuras das elites e suas biografias. Uma história totalizante, calcada na homogeneidade. Mulheres, diferentes grupos étnicos, jovens, crianças, entre outros, foram excluídos das tramas da História. Buscava-se, assim, a reconstituição do passado, em uma espécie de encontro com aquilo que passou que deveria ser desvelado, descoberto pelo historiador que se limitaria a recolher, por intermédio de determinadas fontes consideradas válidas, os fatos mais relevantes, ordená-los cronologicamente e narrá-los, mantendo objetividade e neutralidade. São concepções da História a partir de perspectivas lineares, não problematizadoras, preocupadas com a mera apresentação de fatos eminentemente políticos, em detrimento de outras esferas da vida social.

Nos primeiros trinta anos do século XX, a produção historiográfica iniciou uma renovação, com o objetivo de ultrapassar o Historicismo. Na busca de uma compreensão mais fecunda da sociedade, o conhecimento histórico começou a se revelar cada vez mais pluridisciplinar, ampliaram-se os conceitos, as fontes e as temáticas partilhadas e a História encontrou aliados em outras disciplinas, como Economia, Literatura, Artes, Linguagem, Antropologia. Com a publicação, em 1929, do primeiro número da Revista dos Annales, sob a



direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, ampliou-se o domínio historiográfico e a busca pela redefinição de conceitos fundamentais como documento, fato histórico e tempo.

Essas novas concepções de História, de certa forma, romperam com os paradigmas instituídos na Modernidade, que privilegiavam as grandes narrativas como ícones do passado que se sustentavam essencialmente na documentação escrita, pois nela acreditava-se estar guardada “toda a verdade” do passado. Para Rago, “o passado estava lá, bem distinto do presente como coisa, um baú talvez, guardado num arquivo fixo, organizado, estável, à espera de ser ‘desvelado’, ‘recuperado’, tirado do esquecimento, libertado em sua pureza [...]” (2003, p. 32). Thomson (2002) diz que os historiadores têm outro dever para com a sociedade e a história: a responsabilidade de contestar mitos históricos que privilegiam certas pessoas em detrimento de outras.

Chartier aponta para um “abandono dos paradigmas dominantes” (2002, p. 61), fala em “tempo de incerteza, crise epistemológica, reviravolta crítica” (Ibid., p. 81), buscando definir as novas tendências do conhecimento científico. Michel Foucault, em seus estudos (1992, 1995, 2001), também propõe um afastamento da história de cunho tradicional, revolucionando “antigas certezas”, rejeita a História calcada na essência dos fatos. Defende uma história problematizadora, não preocupada com a busca da totalidade, mas, sim, com o recorte e com as discontinuidades. Aproxima-se da Antropologia, preocupa-se em desconstruir o real, não mais para revelá-lo em sua essência.

Passam a ocupar espaço novos atores sociais, práticas e sentidos da História. Os sujeitos, até então excluídos/esquecidos pela História, não foram vidas de silêncio, mas, sim, vidas relegadas ao silêncio, que não encontraram uma escuta sensível e que passaram despercebidas pelo tempo. A História, agora, busca construir uma trama, tendo como personagens aqueles e aquelas “[...] sobre cujo silêncio foi construída a história” (Rancière, 1995, p. 54). Michel de Certeau relativiza e problematiza o conceito de marginalidade que, para ele, assume outros significados. Do ponto de vista semântico, a palavra nos induz a pensar naquilo que está de fora e que, portanto, ocupa um espaço menor que o todo. Certeau relativiza essa compreensão ao explicar o conceito de “marginalidade de massa” (1996, p. 44), e isso afasta a possibilidade de pensar que o marginal se refere a pequenos grupos, ao contrário, identifica-se mais com a ideia da marginalidade enquanto uma “maioria silenciosa”(p. 44).

A História da Educação, como zona de fronteira que se aproxima das teorias da História, também sofreu uma revolução, tanto em seus contornos teórico-metodológicos



quanto no alargamento de seus objetos e suas fontes. O interesse pelas memórias da escola, pela cultura material escolar e produção de acervos demorou em ser valorizada pela historiografia, entretanto, hoje a pesquisa neste campo de conhecimento é muito mais imaginativa e inovadora do que no passado recente. A cultura escolar¹, o cotidiano e o funcionamento de escolas, os agentes educacionais, a imprensa pedagógica, livros didáticos são tendências de estudos mais localizados.

Neste sentido, a História Cultural contribui significativamente para o desenvolvimento da produção de conhecimentos históricos. Suas múltiplas possibilidades investigativas “abriram caminho para a reflexão acerca do fazer do historiador, diante das novidades temáticas e metodológicas que se apresentam” (FONSECA, 2008, p. 71). É neste sentido que a História Cultural afirma suas aproximações da História da Educação, busca construir sua identidade disciplinar, reforçar suas ligações com outras ciências, abrir-se às novas realidades e diversificar as abordagens.

Pensando na historicidade da escola, por vezes, as fontes oficiais são insuficientes para compreender muitos de seus aspectos. É difícil, por exemplo, conhecer o cotidiano escolar de outras épocas somente tendo acesso à legislação ou consultando relatórios de autoridades do ensino. Ao discorrer sobre acervos escolares, Diana Vidal (2000), alerta para a importância de não se preservar apenas documentos administrativos, interessa também “guardar peças que permitam perceber facetas do cotidiano que não simplesmente reponham a lógica organizacional e legal das instituições.” (2000, p.41). A autora complementa dizendo que “os objetos e móveis localizados nas instalações escolares estão intrinsecamente ligados à constituição das práticas escolares atuais e antigas, tecendo com os documentos textuais e fotográficos múltiplas histórias da escola e da educação (...)” (2000, p. 72)

Pode-se dizer que as fontes da história de uma escola instituem seu patrimônio e são fundamentais nos estudos de História da Educação. Assim, diários de professoras, cartilhas, livros didáticos, material escolar, arquitetura do prédio escolar, bibliotecas, exercícios, provas, convites de formatura, hinos da escola, livros de ocorrência, memórias de alunos, professores e funcionários de escola, periódicos escolares e estudantis, escritas epistolares, fotografias, mobiliário, uniformes... fornecem a quem pesquisa indícios de práticas escolares, que permitem inferir acerca dos métodos de ensino, da disciplina, do currículo, dos saberes escolares, da formação de professores, enfim, revelam um pouco da história das instituições

¹ Sobre, ver JULIA (2001); VIDAL (2005).



educativas, bem como de seus entrelaçamentos com a história da cidade, do país, em um sentido mais amplo.

Entretanto, sabemos que pouco restou da materialidade do passado, pois há grandes diferenças entre o que se vive, o que se registra e o que se guarda. Por inúmeros motivos, a maioria dos documentos produzidos na escola se dissolvem com o passar do tempo. Lopes e Galvão (2010) explicam que a seleção com vistas à preservação é feita ou por quem produziu o material, por quem por algum motivo conserva, ou não conserva porque julga não ser relevante, por quem organiza acervos e pelo decurso dos anos. Complementam dizendo que “o passado será sempre um conhecimento mutilado, só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado é uma realidade inapreensível” (2010, p. 79). Vidal acrescenta que “preservar não significa guardar tudo, mas ‘avaliar’ a documentação descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico e da informação do documento.” (2000, p. 39) Importa, ainda, dizer que as ações de conservação estão atravessadas por nossos afetos, pois os objetos carregam em si lembranças de um tempo vivido. É assim que uma mãe guarda os cadernos do filho. É assim que uma professora percebendo que fotos da escola estão se deteriorando toma para si essa tarefa e começa intuitivamente a organizar o acervo de uma escola.

Por vezes, as escolas iniciam a organização de seus acervos de modo intuitivo, singelamente algumas professoras começam a recolher aquilo que estava disperso e organizam em uma pasta, em prateleiras de uma estante, papéis, fotografias, quase por curiosidade. Nesse sentido, destacam-se os aportes da História que indicam a necessidade da salvaguarda dos documentos, procurando sensibilizar a todos os sujeitos da escola sobre a importância da preservação de sua memória.

Margarida Felgueiras (2011) analisa os significados da constituição dos acervos escolares no sentido de uma “etnografia escolar” que possibilite historicizar a escola, a partir de seus patrimônios que revelam práticas e concepções de ensino, de aluno, de professor. Em suas palavras:

Focar a cultura material não é um exercício de êxtase perante o passado, mas um processo de questionamento, que nos leva aos objetos, sua proveniência e autoria, aos sujeitos que os produziram, deles se apropriaram e/ou utilizaram em contextos educativos (...) é também uma forma de abordar a problemática da cultura e da sua história através das suas expressões mais cotidianas, como o são a produção do conjunto de materiais que constituem a cultura material da escola. (2011, p. 79)



Portanto, os patrimônios da escola dizem muito à História da Educação, à História e à memória da instituição. São “documentos/ monumentos” (Le Goff, 1996, p. 545), que possibilitam aproximações da cultura escolar de outros tempos. A partir desses vestígios, é possível chegar perto do universo social e cultural de um lugar, de uma época, pois traduzem um pouco do cotidiano e mostram indícios de saberes e de práticas escolares.

O que se pode fazer com esses documentos? Sabe-se que não falam por si sós, é preciso desnaturalizá-los, questioná-los, deles têm que emergir perguntas, a partir de um estranhamento. Viñao Frago (2001) fala da importância do historiador se dedicar a fazer a “arqueologia da escola”. Que narrativas do passado escolar são evidenciadas? O que esses documentos são “capazes de fazer dizer” (Corbin, 2005). Para sua análise, é preciso sensibilidade daquele que pesquisa, aliada ao rigor metodológico. O que indagar? De que época é? Como foi conservado? Pertenceu a quem? Quem o guardou e por quê? De que material é feito? Todos poderiam ter acesso? Que discursos atravessam esse documento? Enfim, o valor dessas fontes para o pesquisador será sempre na relação que se pode estabelecer entre ele e a problemática da investigação. Longe da ideia de pensar em uma resposta que satisfaça plenamente as referidas indagações, podemos, isto sim, buscar no passado *insights* que sempre carregarão as marcas da provisoriedade e que produzirão, inevitavelmente, novas provocações.

A escola é lugar onde se aprende a escrever e onde se exercita essa habilidade, obedecendo normas da cultura em que se insere. Os professores lançam mão da escrita para aprender, ensinar, comunicar, punir, controlar, exhibir, provar e disputar espaços de poder no interior da escola. Assim, os escritos de alunos e professores podem se constituir em preciosas fontes para a história da educação, permitem apreender as diferenças entre o currículo prescrito e o currículo vivido, o que é valorizado e o que é menosprezado.

Há diferentes suportes de escrita que podem ser estudados. Nesses escritos, é possível identificar marcas de escolarização. Por exemplo, para que estudar cadernos? Para compreender a cultura escolar, o ingresso das crianças na cultura escrita, os valores inculcados pela escola, o currículo, a hierarquização de saberes, os usos do tempo na sala de aula, por exemplo. Viñao Frago (2008) diz que os cadernos são fontes complexas para compreender, constituem a “caixa-preta” da sala de aula, figuram em três campos historiográficos: história da infância, história da cultura escrita, história da educação.

Em relação a tantos outros objetos, importa lembrar que em outros tempos foram inovações. São artefatos escolares comuns e anônimos que denotam vestígios da circulação de



ideias pedagógicas e contribuíram para a escola cumprir sua tarefa de educar. Os objetos escolares podem ser entendidos como fontes que auxiliam a abrir caminhos para entender a constituição da escola, assim como para caracterizar tendências e modelos pedagógicos de cada período. Sinetas, palmatória, caneta tinteiro, “orelha de burro”, estrado na sala de aula, mimeógrafo, entre tantos outros, são materialidades carregadas de significados que podem ser problematizados.

E o que dizer da estética dos prédios escolares? A arquitetura também tem relações com a cultura escolar, é objeto de estudo e permite-nos ler diferentes aspectos da escola. As relações entre pedagogia e arquitetura emergem com força no processo de institucionalização estatal e obrigatoriedade escolar. Faria Filho e Vidal (2000) explicam que os prédios escolares erigidos nas primeiras décadas do século XX tinham a intenção de representar o poder da república expresso no reconhecimento do discurso da escolarização como plataforma política do novo regime. Essas escolas monumento rompem com o improvisado do passado e se constituem como verdadeiros “templos do saber”. Assim, que significados podem ter estudar ou trabalhar em uma “escola monumento”, lugar que foi projetado com determinados fins e que hoje podem assumir outros sentidos?

Além dessas possibilidades de estudos nos domínios da História da Educação, cumpre destacar as pesquisas com narrativas de memória como documento que, por meio da História Oral, oferecem uma dimensão singular para nos relacionarmos com o tempo vivido. Alunos e professores carregam em suas memórias as trajetórias, não só da instituição, mas dos processos pelos quais historicamente passou a educação em âmbito nacional e regional. Suas narrativas, tomadas como fontes, evidenciam as práticas educativas, articulam vivências sociais, permitem interconexões entre as diferentes histórias vividas e as condições materiais nas quais se produziram determinados processos educativos. É a subjetividade de cada um que indica o que é importante e o que não é importante lembrar. Segundo Viñao Frago (2000, p.11), “la misma historia cambia cuando es contada por diferentes protagonistas u observadores. Cada una de ellos, com su parte de verdad, nos ofrece aspectos que los outros silencian u ocultan”.

Patrimônios da educação e suas interfaces com o ensino de História

No momento em que se introduz um “depende” no cerne da cientificidade mais empedernida e fechada, mais autoritária, mais fanática e neurótica, abre-se o espaço para uma enorme e salutar conversa [...]. Quando entramos no se, e se e se, o portanto-portanto-portanto vai perdendo a sua empáfia, seu



caráter autoritário e dogmático [...]. Trata-se, portanto, de preservar a temporalidade do tempo, a humanidade do homem, a concretude do concreto, coisas óbvias. (PESSANHA, 1997, p. 29)

Ensinar e aprender História ou qualquer outra disciplina é, hoje, colocar sob suspensão uma perspectiva iluminista de educação. Em outros termos, é duvidar: por que as coisas são como são? Interrogar os discursos ditos legítimos, científicos ou verdadeiros. Educar assumindo a difícil tarefa de romper a unidade, a ordem, a clareza, o armistício e atuar no campo do dissenso e da desarmonia.

Educar para o patrimônio é, nessa perspectiva, dessacralizar e desnaturalizar as leituras dos bens culturais alicerçadas na transmissão de valores de preservação do foi considerado de excepcional valor. Assumir uma posição de conscientização para a defesa do patrimônio distancia do exercício da dúvida e do embate entre os diferentes paradigmas em conflito.

O valor de patrimônio nasce de um gesto de atribuição e, portanto, cabe questionar como em cada período histórico, determinados bens foram consagrados e outros esquecidos. Que processos históricos promoveram a sacralização de alguns bens? O que as escolhas anunciam da sociedade que foi autora de tais processos? Não seria compromisso também do ensino de História discutir as escolhas do campo do patrimônio?

O debate que acompanha as políticas do Patrimônio Cultural no Brasil nos últimos anos ampliou o conceito, sobretudo a partir do Decreto 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como parte do patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Entre as questões que perpassam essa nova configuração do campo do patrimônio, está a discussão em torno da valorização e preservação desses novos bens culturais que, não sem disputas e controvérsias, têm incorporado práticas culturais como saberes, lugares, formas de expressão e celebrações, que ultrapassam a dimensão material da concepção tradicional do patrimônio de "pedra e cal".

As políticas atuais de patrimônio estão mais relacionadas à noção de mudança contrapondo-se às ideias de conservação e permanência, com maior atenção aos sentidos atribuídos aos objetos do que os próprios objetos em si.

Acompanhando esse movimento de mudança, os educadores, especialmente de história, convivem hoje com o desafio de romper com as verdades históricas e a noção de fonte única, consubstanciada no documento oficial. Os historiadores há muito reconheceram a



importância de diferentes vestígios ou registros para a pesquisa. Como muito bem diz Marc Boch (apud LE GOFF, 1992, p. 531):

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que, sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas têm pelo menos tanto para dizer quanto muitos escritos.

Ao mesmo tempo, muito se discute hoje que ensinar não é transmitir, mas criar problemáticas em que o aluno possa utilizar-se do percurso do historiador, ou seja, criar problematizações, selecionar e interpretar fontes e escrever narrativas. Os arquivos históricos escolares contêm vestígios que podem se tornar fontes interessantes para o ensino de História.

Pode-se dizer que no campo da História da Educação, ampliaram-se os estudos e os debates acerca da importância dos arquivos históricos escolares e da situação de precariedade em que estes são encontrados, e em decorrência, são reconhecidas as iniciativas que desenvolvem projetos de conservação, levantamento e inventário de fontes, acervos e arquivos históricos escolares. Entretanto, para o ensino de História, esses arquivos ainda constituem novidade e estranhamento. Reside aí seu potencial para as aulas de História.

É importante anunciar que não estamos pensando somente nos documentos e registros produzidos pela administração. Podem-se buscar na escola outros tipos de documentos que excedem a determinação legal, como fotografias, periódicos escolares, cadernos de alunos, recortes de jornais externos, bilhetes, objetos entre tantos outros, considerados patrimônios da educação.

O professor pode aproveitar a ligação entre a história e os patrimônios da educação para incluir no currículo estratégias de estudo que façam uso dos objetos, das narrativas orais, dos documentos escritos, sejam eles oficiais ou ordinários, com o objetivo de incentivar os alunos à pesquisa. Cabe perguntar: Que temáticas do currículo da história podem ser estudadas a partir das fontes produzidas no cotidiano das instituições escolares?

Certamente, os arquivos das escolas têm muitos livros de matrículas e de frequência, possibilitando, por exemplo, analisar o acesso e permanência das crianças à escolarização a partir de critérios como: etnia, gênero e situação econômica. Quem mais frequentava a escola das primeiras séries ou das séries finais nas décadas de 50 e 60, período em que as mulheres



já estão inseridas em diferentes espaços? O que esses dados podem anunciar sobre a sociedade brasileira? Atas, por exemplo, dos anos 40 que solicitavam “identificação da cor”, religião, condição física que possibilita localizar a presença/ausência de alunos negros e não católicos na escola desse período. E as justificativas de reprovações nas Atas de Resultados Finais? Evidenciam concepções de aprendizagem como também os valores de uma sociedade pautados na disciplina, no controle e na exclusão. Cabe lembrar também, os registros de conteúdos dos “cadernos de controle”, que circularam com esse nome até final da década de 1980 e anunciam o patriotismo como meta da história ensinada nas escolas (GIL, 2012).

Os álbuns de fotos das escolas nos instigam a construir indagações acerca do cotidiano da instituição: quais as presenças e ausências? O que seus atores escolheram guardar? O que essas escolhas dizem da história da escola? Quais os silenciamentos? Posturas, gestos, objetos e acessórios visíveis nas fotos são indícios de processos educativos e informam sobre uma sociedade em um tempo específico.

Os objetos utilizados no dia a dia das escolas ou guardados em seus arquivos, memoriais ou museus informam não somente sobre a escola, mas o projeto de sociedade de um período. Diante de uma palmatória mais do que descrever o material com que eram feitas, a forma ou a tecnologia com que eram produzidas, é fundamental refletir sobre os usos e significados desse objeto para as pessoas que as empregavam no contexto escolar, como também os valores sociais desse período.

Francisco Regis Ramos (2004, p.28), propõe potencializar a “percepção diante dos objetos, por meio de uma ‘pedagogia da pergunta’, como diria Paulo Freire. Aprender a refletir a partir da ‘cultura material’ em sua dimensão de experiência socialmente engendrada”. Ainda, nas palavras do autor, os objetos de diferentes épocas não devem ser estudados para contrapor o passado em relação ao presente, evidenciando o atraso ou o progresso. “O que fazemos é selecionar elementos de tempos diferentes” (p.36) e é essa seleção que faz o tempo e não ao contrário.

Diante de um disquete, outro objeto facilmente encontrado nas escolas, lembramos das palavras de Jean Baudrillard (1995, p.15) apontando que no passado, não muito distante, os objetos viam o nascimento e a morte de gerações humanas. Atualmente, são os homens que assistem ao início e ao fim dos objetos. Em outras palavras, propor uma pedagogia dos objetos supõe refletir sobre as estruturas que balizam o consumo e o projeto de sociedade em curso. Tarefa que cabe ao professor de História.



Os objetos, sejam eles utilizados no contexto escolar ou guardados em seus arquivos, possibilitam estratégias de pesquisa interessantes, a respeito do passado e do presente. A historicidade nos objetos pode suscitar a produção de um conhecimento com perguntas sobre os mesmos. Porém, não para mostrar a evolução ou a curiosidade sobre o passado, acreditando ser possível entrar em túnel do tempo para “visitar” o passado. O que se propõe aqui é construir problemáticas a partir dos objetos com indagações sobre quem os usava, quando e com quais propósitos. Manter o olhar ampliado abarcando tanto a descrição e análise dos materiais (formas, matéria e técnicas de fabricação) como os seus usos, significados e relações sociais. (GONÇALVES, 2007).

O que os escritos ordinários realizados pelos alunos no prédio da escola, na última página do caderno, nas margens dos livros podem revelar do cotidiano escolar? Como acessar essas escritas que não se destinam à leitura escolarizada? Cartas, bilhetes, diários com perguntas passados aos amigos, etc. podem constituir-se em fontes que contam a vida de um modo muito particular, desde menções as relações de gênero, lazer, resistência e disciplina escolar, enfim provocam outras abordagens para temas do currículo escolar.

Nosso convite, nesses escritos, é exercer um *olhar estrangeiro* (Peixoto, 1988, p.363) para os vestígios encontrados nas instituições escolares; “aquele que não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estão não podem mais perceber”. Olhar para atas, cadernos, sinetas, boletins, testemunhos orais, cartas e tantas outras coisas como se fosse pela primeira vez e indagar esses vestígios como fontes para o ensino de História. Talvez esse caminho provoque o inusitado na sala de aula de forma que as repetições sejam banidas das escolas.

Para pensar mais

Se por muito tempo o conceito de patrimônio ficou restrito aos bens materiais, especialmente o arquitetônico, exemplar único de excepcional valor, hoje essa noção se amplia para abranger o patrimônio cultural, que engloba aspectos históricos, mas também ecológicos, artísticos e científicos. Canclini (1994) anuncia que o patrimônio de uma nação vai muito além dos bens produzidos por grupos hegemônicos e reconhece a necessidade de abarcar, além das expressões das comunidades tradicionais, a produção cultural de diferentes grupos. Assim, o patrimônio histórico não está mais restrito ao edificado/arquitetônico, mas abrange o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico,



oral, visual, museológico, enfim, todo conjunto de bens que atestam a história de uma dada sociedade.

O patrimônio documental das instituições educacionais constitui parte significativa de sua memória e contribui para a (re)descoberta da historicidade institucional, fortalecendo vínculos com seus participantes. Entretanto, não é raro constatar, nesse contexto, a perda desse acervo em decorrência da ação do tempo, da falta de cuidado na manipulação e guarda inadequada dos documentos. Refletir sobre essas questões pode ser um primeiro movimento para a mudança (GIL, 2012).

Diana Vidal (2005, p.72) alerta para a importância de envolver alunos, professores e funcionários em atividades que buscam conhecer, preservar e utilizar os ditos arquivos *mortos* de escolas. Decorre daí a relevância em “tornar o arquivo vivo, seja pela participação de alunos e professores na atividade de organização e guarda do acervo, seja pelo uso de alguns documentos escolares em sala de aula”.

A escola é lugar de aprendizagens da vida, de produção de cultura que se objetiva nas práticas que operacionalizam os processos formativos e os patrimônios da escola são testemunhos preciosos da cultura escolar de um tempo e espaço e possibilitam a construção da história da escola.

Aqui se discutiu a importância da escola e seus acervos como locais de guarda dos patrimônios da educação e, paralelamente, local de pesquisa e ensino que agregue alunos e professores, provocados por perguntas a respeito da memória, da História e do Patrimônio. Apostamos que os usos desses patrimônios no ensino e na pesquisa provoque, nos atores escolares, o desejo de guardar, preservar e produzir conhecimento, a partir desses vestígios que anunciam formas de fazer e pensar a educação.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Ed, 70, 1995.

CANCLINI, Nestor García. **O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional**. Revista do IPHAN, nº 23, 1994, p. 94-115.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.



CORBIN, Alain. **O prazer do historiador** – entrevista concedida a Laurent Vidal. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.25, n. 49, p 11-31, 2005.

ESCOLANO, Agustín. **Presentación**. In: Cien Años de Escuela em España (1875-1975). Salamanca: Kadmos, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VIDAL, Diana. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Campinas, SP, n.14, 2000.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica**. Revista Brasileira de História da Educação. V.11, n.1 (25), 2011, p. 67-92.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História da Educação e História Cultural**. In. VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **La vida de los hombres infames**. Buenos Aires: Editorial Altamira (s.d.). (pp175a 201)

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Arquivos escolares e ensino de História**. Revista Criar Educação, v. 1, p. 1-13, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: Coleções, Museus e Patrimônios**. Rio de Janeiro: Coleções Museu, Memória e Cidadania, 2007.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

JULIÁ, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In. Revista Brasileira de História da Educação/ SBHE. Campinas: Editora Autores Associados, n. 1 jan/jun., 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. v. 1-2, p. 525-539.

LOPES, Eliane Marta e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em 19/06/12.



PEIXOTO, Nelson Brissac. **O olhar do estrangeiro.** In: NOVAES, Adauto et al. O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PESSANHA, José Américo. **Filosofia e Modernidade:** racionalidade, imaginação e ética. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 22, 1997.

RAGO, Margareth. **Libertar a História.** In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Orlandi; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzchianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **As utilidades do passado na biografia dos objetos.** In: Futuro do Pretérito. Escrita da História e História do Museu. /Manoel Luiz Salgado Guimarães e Francisco Régis Lopes Ramos (orgs). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010. p.50- 77.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto:** o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

RANCIÉRE, Jacques. **Sobre a história das mulheres no século XIX.** In: DUBY, George e PERROT, Michelle. As mulheres e a História. Lisboa: Rolo & Filhos Artes Gráficas, 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves. **DOSSIÊ Arquivos Escolares:** desafios à prática e à pesquisa em história da educação. Revista Brasileira de História da Educação, julho/dezembro 2005 no 10.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. **Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos.** In. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro. UERJ, 2008

VIÑAO-FRAGO, Antonio. **A modo de prologo, refugios del yo, refugio de outros.** In. MIGNOT, Ana; BASTOS, Maria Helena Camara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.) Refúgios do Eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

VIÑAO-FRAGO, **Historia de la Educación e História Cultural.** Revista Brasileira de História da Educação, SP, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes.** 3º ed. São Paulo: Companhia da Letras. 1997.

THOMSON, Alistair. *Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração.* Revista Brasileira de História. São Paulo. V.22, n. 44, p. 341 – 364, 2002.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013